



Encontros Bibli: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Cavalcante, Lidia Eugenia

CULTURA ESCRITA: PRÁTICAS DE LEITURA E DO IMPRESSO

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, , 2009, pp. 1-12

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14712771003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CULTURA ESCRITA: PRÁTICAS DE LEITURA E DO IMPRESSO
WRITTEN CULTURE: READING PRACTICES AND PRINTED BOOK

Lidia Eugenia Cavalcante
Doutora em Educação
Professora do Departamento de Ciências da Informação
Universidade Federal do Ceará
lidia@ufc.br

Resumo

A história da cultura escrita e das práticas de leitura é o tema discutido neste artigo. Visa compreender a trajetória do livro impresso em sua materialidade, bem como os processos delineados a partir da incontestável presença cultural e política desse suporte para a sociedade moderna. Busca evidenciar as práticas, os fenômenos e as mutações que sustentam tal suporte por séculos, abordando a “crise do livro”, suas causas e efeitos. Por conseguinte, trata das particularidades da cultura escrita, que se efetivaram no *Siècle des Lumières* e se consagraram no “agir” do espírito dos autores e dos leitores daquela época, cuja propagação influenciou definitivamente o mundo ocidental. Analisa as condições sociológicas e históricas do lugar do leitor moderno entre Ciência, Filosofia e Romance, continuamente transformado pela renovação do pensamento e da cultura.

Palavras-chave: Cultura escrita. História do livro. Livro e leitura. Livro impresso.

1 INTRODUÇÃO

Na clássica obra “O Aparecimento do livro”, produzida em meados do século XX, são abordadas questões para além da materialidade do livro e sua trajetória. Os autores, grandes conhecedores da historicidade do manuscrito e do impresso, revelam que têm como finalidade “estabelecer como e porque o livro impresso foi algo completamente diferente de uma realização técnica cômoda e de uma engenhosa simplicidade...” (FEBVRE, MARTIN, 1992, p.15). No prefácio escrito por Lucien Febvre fica claro o quanto representaria para a cultura escrita – pós-Gutenberg – o surgimento do livro impresso como instrumento incontestável para o desenvolvimento das sociedades modernas a partir de então. Mesmo com a limitada capacidade à sua difusão, o livro se firmava,

... como um dos mais poderosos instrumentos de que pôde dispor a civilização ocidental para concentrar o pensamento disperso dos seus representantes [...] e, por isso mesmo um poder incomparável de penetração e de irradiação: assegurar, num

tempo mínimo, a difusão das idéias através de todo o domínio ao qual os obstáculos de escrita e de língua não proibem o acesso; criar, além disso, entre os pensadores e, além de seu pequeno círculo, entre todos os que usam o pensamento, novos hábitos de trabalho intelectual: numa palavra, mostrar, no Livro, uma das formas mais eficazes desse domínio de mundo.” (FEBVRE, MARTIN, 1992, p.15)

Citando essa obra seminal para o estudo da cultura escrita, este texto visa apresentar reflexões histórico-culturais sobre a materialidade do livro, as práticas de leitura e a presença do leitor. Não se trata de tentativa de “medir” o tempo ou fortalecer qualquer espécie de dominação da cultura letrada, mas tecer reflexões sobre as mediações possíveis que, de alguma forma, geraram reações afetivas, transgressoras, inusitadas; de paixão e ódio, viscerais, contraditórias, silenciosas ou ruidosas em séculos de tradição literária e apropriação da palavra escrita.

É importante salientar que provavelmente nunca se estudou tanto a historicidade do livro como em tempos atuais. Não se trata mais de tema recorrente apenas aos cursos de Biblioteconomia ou História; as ciências humanas e sociais, de modo geral, sob perspectivas distintas (históricas, sociológicas ou filosóficas), têm buscado compreender as práticas, os fenômenos e as mutações que sustentam tal suporte por séculos. Por outro lado, preocupam-se também com o fenômeno da convergência digital dos leitores contemporâneos, cujas respostas são percebidas cotidianamente no uso da Internet e de seus conteúdos mais buscados pelos jovens como: *Orkut*, *Google* e *MSN*. Para Chartier (2001, p. 19),

Nas novas telas – as dos computadores – há muitos textos, e existe uma possibilidade certa de uma nova forma de comunicação que se articula, agrega e vincula texto, imagens e sons. Assim, pois, a cultura textual resiste ou, melhor dito, se fortalece, no mundo dos novos meios de comunicação.

Também é preciso compreender que a dinâmica dada ao virtual, sob perspectivas históricas e sociológicas, transformou crenças e ideologias do inconsciente coletivo acerca do valor da informação, do objeto científico, do documento e da concepção de autor, pertença, posse e instituições. Dessa forma, mais do que significar um objeto de análise, as transformações ocorridas com a cultura escrita vão além da materialidade. Significa, portanto, reconhecer aquilo que Bachelard (1996) chama de “rupturas epistemológicas”, ou dito de outra forma, “mudanças paradigmáticas” (KUHN, 1975).

Quais são os efeitos da cultura escrita para as sociedades? Certamente se trata de pergunta complexa e antiga, pois, já no século XV se ensaiavam respostas para esta questão. Entretanto, foi com a modernidade que se evidenciou expressiva preocupação com as consequências da palavra escrita, discussão que tomou fôlego nos séculos XVIII e XIX. Existem aspectos que se atrelaram de modo muito peculiar à uma *tradição intelectual*, especialmente na França, cujas novas formas de conceber o mundo pregadas pelos iluministas, enfraquecem as estruturas políticas e religiosas conservadoras, se espalhando por toda a Europa.

Há, portanto, particularidades da cultura escrita, que se efetivaram no *Siècle des Lumières* e se consagraram no “agir” do espírito dos autores daquela época, cuja propagação influenciará definitivamente o mundo ocidental. Por exemplo, a circulação de idéias efetivada por meio da *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, produzida por Diderot e D’Alembert, e que consagrou o pensamento de nomes como Voltaire, Rousseau e Montesquieu.

A “crise do livro”, forte discussão da atualidade, depois de séculos de tradição literária, tem sido alvo contínuo dos debates intelectuais e acadêmicos. Porém, de acordo com Chartier (2001, p.21), a “Crise do livro apareceu na França em 1890”. Já naquele período, editores e livreiros, entre outros, mostravam-se preocupados com uma superprodução livresca e que o mercado não tivesse condições de absorver. “Mas essa crise do final do século XIX indica algo mais profundo, que ocorre quase que desde os primeiros livros impressos, frente a pensamentos contraditórios sobre a cultura escrita.” (CHARTIER, 2001, p.21). Por um lado, a forte obsessão pelo patrimônio escrito, o medo da perda e o temor à “domesticação da abundância textual”. Por outro, o “temor ao excesso”, que fortalece e instaura a presença de bibliotecas e os sistemas de classificação, “... instrumentos para controlar esse medo de que se multipliquem os textos, de que, finalmente, se transforme em um excesso perigoso e temível” (CHARTIER, 2001, p.21) para a modernidade.

Todavia a forte presença de elementos políticos, religiosos e culturais também marcou a chamada crise do livro no “século das luzes”, influenciando tanto as práticas de leitura da época como as representações do livro. Darnton (1998, p.20) em *Os Best-sellers proibidos* assinala que na França pré-revolucionária certos livros eram considerados ilícitos e subversivos - de acordo com os editos reais e relatórios da censura - se solapassem a autoridade do rei, atacassem a Igreja ou ferissem a moralidade convencional, ou seja, tudo que contrariasse a religião, o Estado e os bons costumes da época.

Entretanto, as práticas recorrentes de editores e livreiros, para manter acesa a chama do comércio clandestino, partiam desde a troca de páginas de livros ao transporte ilegal de carregamentos e do uso de jargões como: “mercadoria filosófica”, “obras filosóficas” ou “livros de *fil*” (DARNTON, 1998). Obras como a *Encyclopédie*, *Thérèse philosophe* e *L'an 2440*, representavam verdadeira preocupação das autoridades pelas possíveis consequências nos *habitus* sociais, políticos e religiosos dos leitores.

Assim, a censura imposta por ações políticas e religiosas se conjugava na tentativa de exercer sobre a sociedade moderna força que se contrapõe às perspectivas dos homens do Iluminismo, cujas idéias acerca do livro e de sua difusão eram vistas como meio de igualdade e de rejeição à ignorância das classes sociais. Rousseau, por exemplo, ao publicar em 1762, *Emilio ou da Educação* e *Do Contrato Social*, ambos considerados ofensivos às autoridades, vivenciou fortes perseguições políticas pelas idéias e propostas pedagógicas sobre a reforma da educação que mudaria o homem político e cidadão.

O paradoxo de um poder político, em contraposição a um poder intelectual, levava autores a desenvolver *le livre-savoir* que ajudara a “ditar” os rumos dos acontecimentos e os prenúncios do contexto revolucionário. Políticos, pornográficos, filosóficos, fantasiosos, revolucionários ou religiosos, a produção, circulação e apropriação da palavra escrita tomou dimensão pública e instaurou a legitimidade de um discurso pautado na cultura literária, preocupada em estabelecer uma “tradição de história social e cultural” (CHARTIER, 2001, p.29), marcando irremediavelmente o mundo ocidental.

Assim, a cultura escrita abriga pensamentos complexos de épocas e sujeitos distintos, cujas idéias prendem-se a dimensões políticas, históricas, religiosas e filosóficas. Por exemplo, com relação ao Cristianismo, o século XVIII, muito além da Idade Média, abriga ainda certo poder sobre os textos escritos e os leitores. Não mais sob o modelo católico exclusivamente, pois a cultura protestante se apresenta com novos modos de ler e de interpretar a Bíblia, que “se torna uma alegoria que cobre práticas religiosas heterogêneas: é um espaço simbólico onde as experiências individuais encontram com o que se exprimir.” (CERTEAU, 1982, p. 190)

Dessa forma, não se pode falar em unanimidade da cultura escrita, tendo em vista os processos de descontinuidade, seja por questões políticas, religiosas, geográficas ou sociais. Para Chartier,

A impressão se impôs, portanto, mais lentamente do que se imagina, por sucessivos deslizamentos. Os ocidentais também têm dificuldades para conceber o fato de que ela não era universal: ela convivia, por uma espécie de sobreposição, com um outro sistema de multiplicação: a xilografia, que, na China, no Japão, na Coreia, propiciou um outro sentido para o signo. (1998, p. 10)

Entre os diferentes processos culturais que caracterizam a História da Escrita está a presença do humano e suas potencialidades interpretativas, que aparecem ligadas não só ao suporte de registro, mas, prioritariamente ao conteúdo e aos fenômenos que movem a conjunção de fatores que os definem ou orientam. Em muitos casos, opera-se uma mutação das estruturas ideológicas vigentes, que estabelecem e determinam os modos de pertença na sociedade.

3 O LUGAR DO LEITOR ENTRE CIÊNCIA, FILOSOFIA E ROMANCE

A busca do conhecimento tem proporcionado aos seres humanos a necessidade primordial da aventura, quer seja no âmbito do real - a exemplo das extraordinárias navegações, que culminaram com o surgimento de grandes povos e nações; quer seja no campo do simbólico, como anunciam as verdadeiras viagens imaginárias realizadas ao longo da História.

No campo do imaginário dos viajantes inserem-se as expedições míticas dos *argonautas*, tripulantes da nau Argo, ainda no período da Antiguidade; *As viagens de Gulliver*, escrita no século XVIII por Jonathan Swift e os clássicos de Júlio Verne, a quem o mundo ocidental credita a paternidade da ficção científica, por sua visão futurista descrita em jornadas jamais imaginadas mesmo para o fértil século XIX. Por conseguinte, todas essas viagens geraram patrimônio literário que se universalizou no vasto campo da literatura mundial.

O universo do leitor é continuamente transformado pela multiplicidade e oferta de textos, os quais são dados a ler, a ver ou a ouvir. Para além de uma “revolução” do livro, a imprensa trouxe a renovação do pensamento e da cultura e a aventura das idéias. Não de modo tranqüilo, como se pode perceber entre os leitores da *Encyclopédie* e de Rousseau, mas cuja ousadia rompeu com dogmas e regras oriundas de tensões próprias nascidas de verdades impostas.

No âmbito da educação, pode-se afirmar que houve grande renovação das idéias pedagógicas, porém certa complexidade. Se por um lado a sociedade moderna atribuía valor significativo à escola e à família e ampliava a ação libertadora da pedagogia; por outro, também favorecia a ação conformadora, como por exemplo, com relação ao trabalho nas fábricas e o seu controle (CAMBI, 1999, p. 207), talvez pelo “espírito” de insubordinação frequentemente percebidos entre operários e assalariados. A ênfase na educação e na formação do cidadão fazia parte dos discursos intelectuais dos séculos XVIII e XIX no ocidente, para institucionalização de uma

nova ordem ou desejo de garantir a liberdade individual que, na prática, tornou-se obra inacabada.

Entretanto, nesse processo plural e descontínuo, a cultura escrita permanece sólida no seio da sociedade moderna, fazendo parte da vida social de modo efervescente. Além dos bancos escolares, a leitura está presente nos centros e nas periferias; no meio urbano e camponês; nos encontros pessoais (a exemplo dos cafés, leituras privadas); nas igrejas (cultos, sermões, hagiografias, livros de horas); nos meios acadêmicos e científicos (*Royal Society*, Gabinetes de Leitura, República das Letras, *Académie des Sciences*) e nos teatros, festas e ritos populares (contos, feitiços, provérbios, panfletos, etc.), lida ou ouvida.

Em relação aos processos de sociabilidade do leitor, a passagem da leitura oralizada para a leitura silenciosa representou algo fundamental para a experiência de individualização e privatização do ato de ler. Entretanto, Chartier esclarece que,

A leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros. Eis por que se deve voltar a atenção particularmente para as maneiras de ler que desapareceram em nosso mundo contemporâneo. Por exemplo, a leitura em voz alta, em sua dupla função: comunicar o texto aos que não o sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada. [...] Ainda nos séculos XVI e XVII, a leitura implícita do texto, literário ou não, constituía-se numa oralização, e seu “leitor” aparecia como o ouvinte de uma palavra lida. Dirigida tanto ao ouvido quanto ao olho, a obra brinca com formas e procedimentos aptos a submeter o texto às exigências próprias da *performance* oral. Dos temas como *Don Quixote* às estruturas de textos que participam da *bibliothèque bleue*, numerosos são os exemplos desta ligação entre o texto e a voz (1998, p. 13).

Entre transgressões e interdições o leitor se faz presente como protagonista de quadros de referência da sociedade oitocentista - seja ela política, científica, religiosa, escolarizada ou popular. Os estoques literários já não parecem ser suficientes para atender o interesse crescente pelo impresso, fazendo com que autores e editores recorram cada vez mais a reimpressões, ao aumento de tiragens e a obras de caráter coletivo como a *Encyclopédie* e a *Bibliothèque Bleue*.

Chartier, ao tratar sobre comunidades de leitores entre os séculos XVI e XVIII, esclarece que a leitura é uma prática que se distingue entre os grupos por tradições, “gestos, espaços e hábitos”.

... A clivagem entre alfabetizados e analfabetos, essencial, mas grosseira, não esgota as diferenças em relação ao escrito. Aqueles que são capazes de ler textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender, ou que só se sentem à vontade com algumas formas textuais ou tipográficas. Há contrastes, igualmente, entre as normas e as convenções de leitura que definem, para

cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação. Contrastes, enfim, encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática da leitura. Dessas determinações que governam as práticas dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos – e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais, e que não mantêm uma mesma relação com o escrito. (1998, p. 13)

O livro, ao sair dos mosteiros para as universidades e outros espaços públicos, tornou-se instrumento do trabalho intelectual e a sustentação da propagação das idéias humanistas e científicas modernas. As experimentações e a explosão de descobertas, antes limitadas, adquirem significativo desenvolvimento com o espírito moderno presente na filosofia, na literatura e nas ciências. Nomes como Isaac Newton, René Descartes, John Locke e Francis Bacon são associados às produções escritas e à expansão do saber em diversos ramos do conhecimento humano. Por conseguinte, foi a disponibilidade de textos impressos que possibilitou a disseminação por meio da comunicação das pesquisas e idéias desses nomes. Grupos de pesquisadores costumavam reunir-se para debater questões de cunho filosófico e científico que, ao se tornarem regulares e oficiais originavam academias, a exemplo da Royal Society (MEADOWS, 1999, p.5), fundada em Londres em 1660, tendo como um de seus membros ilustres Isaac Newton, que se interessava em tornar público o conhecimento. O periódico científico tornou-se um substitutivo da troca de carta entre os cientistas, gerando maior difusão e veiculação das informações sobre o que acontecia na Europa. Meadows assinala que,

Os periódicos científicos surgiram na segunda metade do século XVII devido a várias razões. Algumas eram específicas (como a expectativa de seus editores de que teriam lucro); algumas, gerais (como a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo). O motivo principal, contudo, encontra-se nessa necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações (1999, p. 7).

Ao examinar, portanto, a construção do saber nos tempos modernos, verifica-se que a variedade de conhecimentos gera uma distinção entre categorias: teoria e prática, filosofia e empirismo, ciência e arte (BURKE, 2003).

Outra distinção recorrente se dava entre o conhecimento público e o “privado” (não tanto no sentido do conhecimento “pessoal” como no sentido de formação restrita a um grupo particular da elite). Nesse sentido, o conhecimento privado incluía segredos de Estado e também os segredos da natureza, cujo estudo era às vezes conhecido como “filosofia oculta ou ocultista”. Segredos alquímicos, por exemplo, eram transmitidos, às vezes de maneira cifrada, por redes informais de amigos e colegas, no seio das sociedades secretas. Segredos técnicos eram compartilhados nas

guildas de artesão, mas os intrusos eram excluídos. A ligação entre “mistérios e *métiers*” era mais do que etimológica (BURKE, 2003, p. 80).

O conhecimento torna-se, pois, fragmentado, o que vai evidenciar uma hierarquização na organização intelectual daquele período, inclusive entre homens e mulheres, público e privado, superior ou inferior, especializado ou geral, quantitativo ou qualitativo. Assim, ocorre certa “defesa” dos territórios intelectuais, cuja metáfora utilizada para classificá-los seria a “árvore do conhecimento” - fruto da Idade Média -, reeditada posteriormente em várias situações e categorias (árvore da gramática, árvore do amor, árvore das batalhas, etc.).

Pensar em termos de árvore sugere uma distinção entre o dominante e o subordinado, tronco e galhos. [...] A imagem da árvore ilustra um fenômeno central em história cultural, a naturalização do convencional, ou a apresentação da cultura como se fosse natureza, da invenção como se fosse descoberta. Isso equivale a negar que os grupos sociais sejam responsáveis pelas classificações, assim sustentando a reprodução cultural e resistindo a tentativas de inovação. (BURKE, 2003, p. 82).

No século XVII, um termo mais abstrato também passa a ser utilizado para designar a organização do conhecimento: sistema. Termo muito empregado nas universidades e bibliotecas, começando a fazer parte da vida cotidiana dos intelectuais e acadêmicos (BURKE, 2003, p. 83). Estas posições do saber atravessam o mundo de maneira que resultam em termos fundadores para as classificações do conhecimento.

Paralelamente ao conhecimento científico e o saber produzido nas universidades e círculos intelectuais, a produção para o grande público também se intensifica. O romance, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conquista leitores ardorosamente e amplia os espaços e as práticas de leitura, bem como o interesse de tipógrafos e livreiros por esse tipo de impresso, que passou a ocupar lugar de destaque na produção editorial e no comércio livreiro. Com esse gênero literário, o mundo das letras, bem como o cotidiano da vida privada e doméstica, já não são os mesmos. Alguns títulos chegam a gerar surtos epidêmicos que preocupam as autoridades da época e passam a ser considerados ilegais ao ponto de terem que percorrer os canais clandestinos para serem lidos.

Algumas dessas obras enfrentavam continuamente problemas de ordem policial, religiosa e editorial, além de severas críticas sobre seus conteúdos e efeitos causados no público leitor, percorrendo continuamente os terrenos da legalidade e da ilegalidade. Textos como *Thérèse philosophe*, publicado em 1748, de teor pornográfico ou literatura erótica era considerado provocativo, obsceno e anticlerical. Alguns autores famosos no meio intelectual iluminista, como Diderot e Voltaire, também produziram romances que se tornaram best-sellers nos

prelós dos editores (DARNTON, 1998). No florescimento dessa vasta literatura, destacam-se as famosas obras do Marquês de Sade, como *120 Dias de Sodoma* (1785), escrito durante o período em que esteve preso na Bastilha. Os textos de Sade destacam-se pelo ataque à moralidade humana, a rejeição à existência de uma força divina e às perversões sexuais.

De acordo com Darnton (1998, p. 103), é importante salientar que a palavra pornografia não existia no século XVIII e que,

A noção de pornografia, como a própria palavra, desenvolveu-se no século XIX, quando os livreiros separavam as obras que consideravam indecentes e as trancavam a sete chaves em setores proibidos como o Enfer da Bibliothèque Nationale e o Private Case do British Museum. Num sentido estrito, a pornografia se encaixava no expurgo do mundo que teve lugar no início da era vitoriana.

Sob o olhar da sociedade, da moral e da religião, tais romances significavam o encontro com situações reprováveis como o adultério, traição, pecado, sexualidade, sedução, perversão sexual, criminalidade, etc.; despertando a volúpia, a luxúria ou a deturpação dos valores da época - como a castidade.

A leitura de romances traz à baila discussões de natureza ética, religiosa, intelectual e estética, tanto mais acaloradas quanto mais se percebem a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores. Estima-se que aproximadamente dois mil romances foram publicados durante o século XVIII na Inglaterra, o que ajuda a entender a existência de tamanha discussão sobre o gênero. A disseminação da leitura de romances pegou carona nos esforços de alfabetização patrocinados pelo desejo de propagação do Cristianismo e pela larga difusão de impressos religiosos. A disputa entre os dois gêneros de escritos pelo maior volume de vendas arrastou-se pelos anos oitocentos, mas, no final do século XIX, o romance saíra vitorioso, superando o volume de publicação de textos religiosos – o que deve ter parecido particularmente injusto para clérigos e pastores que associavam o romance a atitudes pecaminosas. (ABREU, 2009, p.7)

Essa abordagem permite reconhecer que os diferentes gêneros de impresso pós-medieval vivenciaram práticas e configurações culturais apropriadas pelos leitores – popular, religioso ou letrado. Por conseguinte, “O essencial é compreender como os mesmos textos podem ser diversamente apreendidos, manejados e compreendidos” (CHARTIER, 1998, p.16).

Com a ampliação da oferta de impressos (folhetos, panfletos, jornais, florilégios, *chapbooks*, *libelus*, etc.), novos grupos de leitores foram se constituindo: camponeses, artesãos, comerciantes, crianças, mulheres, além dos já consagrados religiosos e letrados. Obras como a *Bibliothèque Bleue*, durante mais de dois séculos (XVII – XIX) figuraram como fonte indispensável à cultura popular. Tratava-se de fórmulas adaptadas para atender à expectativa do grande público (urbanos e camponeses).

Esta transformação observada no mundo da leitura pós-Gutenberg, à luz do Iluminismo e do pensamento intelectual, manifestados principalmente no Ocidente dos séculos XVIII e XIX, com efeito, trouxe para a contemporaneidade contribuições significativas nos processos de constituição do leitor. Apoiando-se na cultura escrita, destacam-se as mudanças no suporte, no gênero, na linguagem e nas práticas de leitura que incorporam condutas, pertencas, atos e regras redefinindo as relações entre o texto e seus leitores.

O tema aqui abordado é demasiado amplo para ser tratado em um texto dessa natureza, principalmente pelas diferentes categorias que o incorporam. O que levou a tratar os aspectos mais gerais e relevantes para auxiliar a compreender os fenômenos relacionados à cultura do impresso: a historicidade da cultura escrita e o lugar ocupado pelo leitor no espaço de referência entre Ciência, Filosofia e Romance.

4 CONCLUSÃO

Finalmente, observa-se que a historicidade da cultura escrita vai além da materialidade e depende fortemente do espírito e das idéias humanas que dão sentido ao texto. Conforme o pensamento cartesiano, característico da ciência moderna, “O sujeito se torna um observador do mundo. E enquanto observador do mundo, o sujeito é a única posição legítima de produção do saber.” (GUMBRECHT, 2004, p. 19). Por conseguinte, essas complexas implicações dialéticas entre materialidade e espírito geraram uma “crise da epistemologia ocidental no século XIX”. Desse modo, “re-presentificar” o passado do impresso exige amplo esforço de exposição de pensamentos e saberes dispersos na historiografia envolvendo a materialidade, o corpo, a natureza, a estética, a produção de sentido, as representações, impulsos e desejos para ir adiante com o desafio intelectual em compreender as práticas de leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. et al. **Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX**. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>>. Acesso em: 12/02/2009.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. 2. ed. Brasília: UNB, 1998.

DARNTON, R. **Os Best-Sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História cultural francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FEBVRE, L.; MARTIN, L. **O aparecimento do livro**. São Paulo: UNESP; Hucitec, 1992.

GUMBRECHT, H. U. Materialidades de comunicação: viagem de uma intuição. In.: SUSSEKIND, F.; DIAS, T. (Org.). **A historiografia literária e as técnicas de escrita**: do manuscrito ao hipertexto. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 17-27.

KUHN, T. S. **As estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

Abstract

The history of the written culture and the reading practices is the subject argued in this article. It aims at to understand the trajectory of the printed book in its materiality, as well as the processes delineated from the undisputed cultural presence and politics of this support for the modern society. Search to evidence the reading practices, the phenomena and the mutations

that fortify such support per centuries, approaching the “book crisis”, its causes and effects. Therefore, it deals with the particularities of the written culture, that if they had accomplished in the *Siècle des Lumières* and if they had consecrated in “acting” of the spirit of the authors and the readers of that time, whose propagation influenced the western person. It analyzes the sociological and historical conditions of the place of the modern reader between Science, Philosophy and Romance, continuously transformed for the renewal of the thought and the culture.

Keywords: Written culture. History of the book. Book and reading. Printed.

Originais recebidos em: 05 de março de 2009

Aceitos para publicação em: 14 de maio de 2009